

1 **RESUMO EXECUTIVO DA ATA**

2 **61ª Reunião Plenária Ordinária**

3 **COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA**
4 **DOS RIOS SOROCABA E MÉDIO TIETÊ - CBH-SMT**

5 **Data:** 18 de junho de 2021

6 **Local:** Videoconferência plataforma Teams

7 ANEXO 1- Pauta

8 **Abertura.** Laerte Sonsin Júnior, Prefeito do município de Salto e Presidente do
9 Comitê abriu a reunião dando as boas-vindas e agradecendo as presenças, com
10 especial homenagem para Francisco Antonio Moschini, ambientalista e membro do
11 Comitê, por ter tomado posse como o mais novo Acadêmico a ter assento na
12 Academia Saltense de Letras-ASL. Jodhi Jefferson Allonso, DAEE, Secretário
13 Executivo do Comitê explicou as soluções básicas da plataforma Teams para a
14 realização da reunião virtual e informou a presença de quórum com 33 membros. O
15 Prof. Dr. André Cordeiro Alves dos Santos, representando o segmento Sociedade Civil
16 Organizada UFSCAR-Sorocaba e Vice-Presidente do Comitê, solicitou que os
17 tomadores de recursos não cancelem projetos aprovados pelo Comitê, pois também
18 todo cancelamento implica em inúmeros prejuízos para a gestão e o planejamento do
19 Comitê, desde inúmeras horas de trabalho desperdiçadas na análise dos projetos até a
20 diminuição da pontuação do Comitê porque uma parte dos recursos são provenientes
21 de royalties distribuídos entre os Comitês no Estado de acordo com a pontuação
22 estabelecida pela Coordenadoria de Recursos Hídricos, em São Paulo, e toda a vez que
23 o tomador deixa de executar o projeto o Comitê como um todo fica prejudicado. O
24 Presidente reiterou a necessidade dos tomadores não desistirem de seus projetos
25 aprovados. O Vice-Presidente solicitou inclusão de pauta para o Comitê enviar Ofício
26 à SIMA solicitando providências para que a Fundação Florestal envie o Plano de
27 Trabalho intitulado “Realização de estudos socioambientais e estabelecimento de
28 instrumentos para manejo da planície fluvial formadora do rio Sorocaba localizada na
29 APA Itupararanga, visando criação de uma Unidade de Conservação” para a Câmara
30 de Compensação Ambiental, visando execução dos estudos para a Área de Proteção
31 Ambiental na APA Itupararanga, elaborados em 2014. O Presidente colocou em
32 votação e foi aprovada a inclusão de pauta. **Aprovação da Ata da 60ª. Reunião**

33 **Ordinária, realizada em 20/04/2021, por videoconferência. Ata aprovada por**
34 **unanimidade. Apreciação de minuta de Deliberação que aprova o Plano de**
35 **Comunicação do CBH-SMT para o período de 2021 a 2024. Deliberação**
36 **aprovada por unanimidade, publicada na web página do Comitê**
37 **<https://sigrh.sp.gov.br/cbhsmt/deliberacoes>. O Plano foi discutido internamente no**
38 **Comitê, especialmente na CTEEA. Visa atender as demandas de comunicação do**
39 **Comitê, incluindo estratégias de comunicação organizacional interna e externa e**
40 **mobilização de pessoas que não participam do Comitê e está disponível na web**
41 **página, no endereço <https://sigrh.sp.gov.br/cbhsmt>. A Ildéia Maria de Souza,**
42 **representando o segmento Sociedade Civil Organizada, Instituto Plena Cidadania-**
43 **PLENU, solicitou ênfase no tema da economia da água, mas não com linguagem**
44 **técnica, porque a população não entende. É preciso explicar bem para a população**
45 **entender o estresse hídrico e divulgar claramente que os municípios são os titulares**
46 **dos serviços de águas. O Professor Francisco Moschini, representando o segmento**
47 **Sociedade Civil Organizada INEVAT-Inst. de Estudos do Vale do Tietê, destacou a**
48 **necessidade da volta do jornal impresso do Comitê. Raquel Marcondes Fonseca De**
49 **Marco, representando segmento Governo do Estado SP, Secretaria de Infraestrutura e**
50 **Meio Ambiente-SIMA, esclareceu que o Plano de Comunicação elaborou as diretrizes**
51 **gerais para nortear as próximas etapas das ações de comunicação, já os detalhes, ficam**
52 **por conta da CTEEA e convidou todos para participar. Apreciação de minuta de**
53 **Deliberação que atualiza o Plano Anual de Aplicação dos recursos financeiros**
54 **provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos e das despesas de custeio**
55 **para o exercício 2021. Deliberação aprovada por unanimidade, publicada na web**
56 **página do Comitê: <https://sigrh.sp.gov.br/cbhsmt/deliberacoes>. A Deliberação**
57 **atualizou os Anexos I e III da Deliberação CBH-SMT n° 427/2021, referente ao Plano**
58 **Anual de Aplicação dos recursos financeiros provenientes da cobrança pelo uso de**
59 **recursos hídricos do ano de 2021 ajustando o valor da receita de 2020, R\$**
60 **21.805.452,57 previsto de arrecadação para fazer parte com o valor de R\$**
61 **8.500.000,00 na LOA-Lei Orçamentária Anual 2021. Apreciação de minuta de**
62 **Deliberação que indica empreendimentos para obtenção de financiamento com**
63 **recursos financeiros do FEHIDRO, referente ao exercício de 2021. Deliberação**
64 **aprovada por unanimidade, contendo a íntegra dos tomadores e**

65 **empreendimentos aprovados publicada na web página do Comitê:**
66 **https://sigrh.sp.gov.br/public/uploads/deliberation//CBH-SMT/20943/delib_cbh-**
67 **[smt-431_indicacao-empreendimentos-fehidro-2021.pdf](https://sigrh.sp.gov.br/public/uploads/deliberation//CBH-SMT/20943/delib_cbh-)**. André Cordeiro
68 apresentou, demonstrando um saldo remanescente no valor de R\$ 7.935.224,90
69 milhões referente à cobrança pelo uso da água e mais R\$ 11.375,51 pela CFHUR.
70 Considerou também que entraram no segundo ano em que a empresa contratada
71 realiza uma fase de pré-qualificação dos projetos, salientando que nessa fase a empresa
72 precisa se aproximar mais dos tomadores. Comunicou a relação com a indicação dos
73 tomadores, e os respectivos empreendimentos, que receberam financiamento do
74 Comitê: Companhia Ituana de Saneamento–CIS: Aplicações das ações constantes no
75 plano de controle e redução de perdas de água no município da Estância Turística de
76 Itu - Aquisição e Instalação de micromedidores; Serviço Autônomo de Água e
77 Esgoto de Cerquilha - SAAEC: Implementação de ações destinadas ao combate
78 às perdas de água e à proteção do manancial de abastecimento do município de
79 Cerquilha; Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sorocaba: Realização de
80 pesquisa de vazamentos não visíveis visando a redução das perdas de água no
81 município de Sorocaba; Fundação Agência Bacia Hidrográfica SMT:
82 Desenvolvimento do website e sistema de protocolo online de projetos FEHIDRO
83 para o CBH-SMT; Organização da Sociedade Civil de Interesse Público SOS
84 Itupararanga: Implantação de Biosistemas em pequenas propriedades do Bairro dos
85 Pintos, na zona rural do município de Ibiúna, na porção da Área de Proteção
86 Ambiental (APA) Itupararanga; Serviço Autônomo de Água e Esgoto-SAMAE
87 (Tietê): Execução da Estação Elevatória Santa Cruz e linha de recalque; Serviço
88 Autônomo de Água e Esgoto de Cerquilha- SAAEC: Execução das obras do
89 sistema de esgotamento de efluentes para a bacia do Córrego Cachoeira em
90 Cerquilha/SP - 3ª Etapa; Companhia Ituana de Saneamento–CIS:Serviço de
91 engenharia para operacionalização da estação elevatória de esgoto denominada EEE
92 Tapera Grande no município de Itu, com a readequação estrutural, operacional,
93 urbanística e interligação de tubulação, além do fornecimento e instalação de 02
94 bombas tipo submersíveis, barriletes, tubulação de descarga, alimentação elétrica e
95 comando elétrico desde a interligação com a rede pública, incluindo startup; Prefeitura
96 Municipal de Salto de Pirapora: Implantação da 3ª fase do aterro sanitário

97 municipal de Salto de Pirapora; Prefeitura Municipal de Capela do Alto: Execução de
98 obras de drenagem no bairro Marisa Holtz no município de Capela do Alto; Prefeitura
99 Municipal de Capela do Alto: Melhoria do sistema de drenagem urbana na Rua
100 Prefeito Antonio Duarte bairro Casa Nova no município de Capela do Alto; Prefeitura
101 Municipal de Cerquilha: Melhoria da captação de águas pluviais do bairro São Luiz –
102 Cerquilha; Município de Sarapuí: Proteção dos recursos hídricos de Sarapuí através
103 de medidas preventivas contra a poluição difusa (Expansão - Fase II); Prefeitura
104 Municipal de Araçoiaba da Serra: Conservação dos recursos hídricos da bacia
105 hidrográfica dos Rios Sorocaba e Médio Tietê através de melhorias no manejo do
106 serviço de coleta de resíduos sólidos urbanos nos bairros de Araçoiabinha, Jardim
107 Master, rio Verde e região central no município de Araçoiaba da Serra; Fundação do
108 Instituto de Biociências-FUNDBIO: Planejamento da restauração florestal a partir do
109 diagnóstico das áreas de preservação permanente na microbacia do Ribeirão do
110 Colégio; Universidade Estadual "Júlio de Mesquita Filho"-UNESP: Contaminação e
111 toxicidade de sedimentos do Rio Sorocaba como indicadores de poluição; Prefeitura
112 Municipal de Botucatu: Diretrizes para planejamento e gestão de recursos hídricos
113 fundamentadas na Carta Geotécnica de Aptidão à Urbanização do município de
114 Botucatu; Prefeitura da Estância Turística de São Roque: Diagnóstico ambiental
115 detalhado visando definição de ações conservacionistas da microbacia do córrego
116 São João Novo, Estância Turística de São Roque; Prefeitura Municipal de Cerquilha:
117 Restauração de APPs-Fase I: Cadastramento de proprietários, levantamento de
118 espécies do município e implantação de viveiro municipal; Associação Museu de
119 Mineralogia Aitiara: Promoção de educação ambiental com a divulgação, valorização e
120 geoconservação ambiental dos recursos hídricos do Sistema Aquífero Guarani em sua
121 área de recarga nos municípios de Botucatu, Anhembi e Torre de Pedra; Associação
122 Escola e Cultura em Foco: Contando sobre a água na bacia hidrográfica do
123 Sorocaba e Médio Tietê. André Cordeiro destacou ainda que nesse momento em que
124 há pressões para privatização dos serviços de água e esgoto as empresas municipais
125 são as que mais contribuem com projetos de grande importância para o Comitê e
126 precisam defender os serviços autônomos de água e esgoto municipais. **Apreciação de**
127 **minuta de Deliberação que aprova o Parecer Técnico sobre atividade de pesquisa**
128 **mineral em área situada na APA Itupararanga, no município de Ibiúna-SP.**

129 André Cordeiro, Coordenador da CTPLAGRHI, esclareceu que a Deliberação foi
130 necessária para atender solicitação do Ministério Público de Ibiúna sobre uma área de
131 pesquisa mineral próxima ao rio Sorocamirim, formador do rio Sorocaba e da represa
132 de Itupararanga, na qual, esclarece sobre a importância da planície aluvial na
133 quantidade e qualidade das águas do reservatório Itupararanga, entre outras disposições.
134 Viviane Oliveira, SOS Itupararanga, disse que a denúncia foi feita pela SOS
135 Itupararanga, solicitando que o Conselho Gestor da APA Itupararanga e o Comitê
136 pudessem se manifestar tecnicamente sobre os impactos e o Conselho Gestor realizou
137 reunião conjunta com a Câmara Técnica de Proteção das Águas, na qual saiu uma
138 manifestação do Conselho sobre os impactos decorrentes para a área e também a
139 Deliberação é produto de outra reunião conjunta com a CTPA. Jorge Luiz da Silva
140 Rocco, FIESP - Fed. das Indústrias do Estado de SP, solicitou correção na primeira
141 página para “com potencial poluidor” e complementou “a segunda preocupação, revisi-
142 hoje, o André comentou, do colega da Fatec, é um aspecto legal. Entendo essa
143 preocupação sob a ótica dos recursos hídricos, e apoio, sem problema nenhum, mas de
144 novo, é sobre o aspecto legal, porque o Comitê está se posicionando sobre um parecer
145 técnico e pede para não permitir a atividade. E a princípio não tem base legal do
146 colegiado para falar isso. Pode apontar, através de seus instrumentos, como foi
147 apontado, a área física e tudo o mais, incluindo isso e chamando atenção para os
148 órgãos gestores. Com base no mesmo instrumento de aplicação, como mencionei,
149 procedimento de licenciamento e também da outorga do direito de uso. Coloco essa
150 reflexão, principalmente no penúltimo parágrafo.” Ildéia-PLENU, se posicionou pela
151 importância da Deliberação e pela sua manutenção na íntegra, para a manutenção da
152 represa. Também disse que o Plano de Manejo da APA até poderia ser atualizado
153 expressando mais ainda essas preocupações, “o produto mineral da areia é importante
154 para nossas atividades econômicas, mas na bacia os exemplos que temos de
155 reciclagem com reaproveitamento da areia, e de outros produtos minerais, é ínfimo
156 para retirarmos da natureza, antes de ter sequer um projeto que seja funcionando de
157 reciclagem de areia, pedras e outros materiais [...] Retirar a areia é temeridade para
158 essas planícies, vai afetar a quantidade e a qualidade da água.” O Vice Presidente disse
159 que a manifestação contrária ao empreendimento ocorreu por votação nas duas
160 Câmaras Técnicas e teve apenas uma abstenção. O Comitê tem que deixar claro que

161 um empreendimento de tal magnitude com atividade na bacia do alto Sorocaba é
162 extremamente complicado para a manutenção da quantidade e da qualidade das águas
163 do reservatório. Quanto ao conteúdo colocado por Jorge Rocco, disse desconhecer
164 qualquer atividade de mineração que não traga impacto, e no caso, não tratavam de um
165 Relatório de análise do impacto, além disso o local também se situa em parte da área
166 de proteção dos recursos hídricos, está localizado em três regiões diferentes segundo o
167 Plano de Manejo e a manifestação sobre o Plano de manejo foi pelo Conselho Gestor
168 da APA Itupararanga, que também foi contrária ao empreendimento naquela região.
169 Waldnir Gomes Moreira, Fundação Florestal, como Gestor da APA Itupararanga
170 corroborou e se manifestou pela manutenção do texto da Deliberação, destacando que
171 o Plano de pesquisa foi estudado, mas sequer menciona que a área está situada na APA
172 Itupararanga e nas margens de um dos principais formadores de Itupararanga, que a
173 área está a apenas 14 km do abastecimento público de 80% de São Roque e a 18 Km
174 da chegada no reservatório Itupararanga, e contempla a preocupação de 8 municípios
175 que congregam a APA, além de Sorocaba que tem o abastecimento público pelo
176 reservatório Itupararanga. Sobre o zoneamento está inserido em três tipos de
177 zoneamento: ocupação diversificada, zona de ocupação rural e zona de conservação
178 dos recursos hídricos. Solange Guerra Bueno, Secretária de Esportes, disse que
179 participou das reuniões e o parecer visa atender um pedido do Ministério Público para
180 esclarecimento, concordando que o documento estava muito bem redigido. Felipe
181 Fengler disse que tecnicamente o termo intenso impacto ambiental, pode ser tanto
182 adverso como positivo, então não havia colocação negativa, talvez fosse interessante
183 colocar alto potencial poluidor para ter coerência com o que de fato é a mineração.
184 José Gustavo solicitou que fosse mencionado o zoneamento dando amparo e
185 regramento para a decisão com base no Plano de manejo. Davi Santos Genesi, Grupo
186 de Trabalho JERIVÁ, acrescentou que o trabalho vinha sendo acompanhado há muito
187 tempo e concordou em manter o documento, com as correções técnicas. Gomes,
188 complementou que não havia necessidade de incluir a referência ao Plano de manejo,
189 no momento, porque tanto o Conselho Gestor já tinha encaminhado a resposta ao
190 Ministério Público como também a Fundação Florestal. O Vice Presidente lembrou
191 que o Plano de manejo estava no parecer, segundo a Deliberação do Conselho Gestor,
192 e também não via problema, na colocação de Jorge Rocco, para ajustar o termo

193 técnico, mudar de intenso para alto potencial poluidor. Jorge Rocco disse ainda
194 “quando mencionei o segundo item, que indica que a atividade não seja permitida na
195 região, as colocações sobre o ponto de vista de zoneamento com base no Plano de
196 manejo, estamos com uma métrica muito clara e não em aberto naquilo que se
197 pretende, determinando o parecer para uma determinada área, então seguindo a
198 ordenação prevista no Plano de manejo, no qual, considerando que, o Plano de bacia
199 reconhece a área crítica da bacia está também, a princípio, trazendo segurança jurídica,
200 está colocando que se trata de um local específico no Plano de manejo. [...] no
201 penúltimo parágrafo do parecer, “por todas as ações descritas acima indica a atividade
202 não seja permitida nessa região, considerando o critério do Plano de manejo.” O Vice
203 Presidente disse que seria importante então incluir o parágrafo em que a área está de
204 acordo com o Plano de manejo da APA Itupararanga, em outro parágrafo, acima,
205 porque a negativa não era só por ser contrário ao Plano de manejo da APA, mas
206 compreende outros instrumentos. Gustavo se manifestou de acordo, com importância
207 para o amparo legal do Plano de manejo explicitamente citado no parecer. O debate
208 prosseguiu e o inteiro teor consta na Ata taquigrafada completa, por fim, o Presidente
209 colocou primeiro em votação a alteração de texto da Deliberação para alto potencial
210 poluidor. Foi aprovado, com 1 voto contrário da Ildéia. Na sequência, a proposta de
211 inclusão da alteração e André Cordeiro apresentou a sugestão que a área, além de estar
212 em outros documentos também não permite atividades segundo o Plano de Manejo da
213 APA Itupararanga. Jorge Rocco sugeriu zoneamento do Plano de manejo, ao que
214 concordaram e foi aprovado. Em seguida foi votada a Deliberação como um todo, e
215 também foi aprovada. O texto final aprovado está publicado no site do Comitê no
216 endereço eletrônico: [https://sigrh.sp.gov.br/public/uploads/deliberation//CBH-](https://sigrh.sp.gov.br/public/uploads/deliberation//CBH-SMT/20944/delib_cbh-smt-432_parecer-tecnicomineracao-mp-ibiuna.pdf)
217 [SMT/20944/delib_cbh-smt-432_parecer-tecnicomineracao-mp-ibiuna.pdf](https://sigrh.sp.gov.br/public/uploads/deliberation//CBH-SMT/20944/delib_cbh-smt-432_parecer-tecnicomineracao-mp-ibiuna.pdf). Na
218 finalização da reunião foi aprovado o envio de Ofício para SIMA solicitando
219 providências para que a Fundação Florestal envie o Plano de Trabalho intitulado
220 “Realização de estudos socioambientais e estabelecimento de instrumentos para
221 manejo da planície fluvial formadora do rio Sorocaba localizada na APA Itupararanga,
222 visando criação de uma unidade de conservação” com o seguinte teor: Exmo. Sr.
223 Secretário, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê participou
224 do processo de licenciamento do empreendimento denominado ‘Sistema Produtor São

225 Lourenço', de responsabilidade da SABESP. Esse empreendimento gerou uma
226 compensação ambiental de aproximadamente R\$ 8 milhões, que foram depositados
227 pela SABESP à SIMA. No intuito de pleitear uma parcela desse recurso, a Fundação
228 Florestal, por meio da gestão da Área de Proteção Ambiental - APA Itupararanga,
229 elaborou no ano de 2014, o Plano de Trabalho intitulado "Realização de estudos
230 socioambientais e estabelecimento de instrumentos para manejo da planície fluvial
231 formadora do Rio Sorocaba localizada na APA Itupararanga, visando criação de uma
232 unidade de conservação". Esse estudo produzirá informações sobre a importância da
233 existência da área de várzea na chegada ao município de Ibiúna, onde, por mais de
234 uma vez, empreendedores já manifestaram interesse em implantar projetos de
235 mineração de areia e argila. A referida área corresponde à planície de inundação dos
236 rios formadores da Represa Itupararanga, manancial de abastecimento público de
237 aproximadamente 1 milhão de pessoas, contemplando as cidades de Sorocaba,
238 Mairinque, Alumínio e Votorantim. Trata-se, portanto, de uma área que, visivelmente,
239 é um refúgio de fauna silvestre, com a presença de grande diversidade de aves
240 migratórias. Considerando todos os potenciais danos ambientais e sociais decorrentes
241 de atividades de mineração iminentes naquela região, o CBH-SMT participou em 2019
242 de duas reuniões na sede da SIMA, respectivamente nos dias 12 e 13 de junho, que
243 dentre os assuntos discutidos em ambos os encontros esteve em pauta a Área de
244 Proteção Ambiental de Itupararanga. Os representantes do Comitê destacaram nas
245 reuniões a importância de ser encaminhado o Plano de Trabalho dos estudos da várzea,
246 que se encontra paralisado na Fundação Florestal- órgão gestor da APA, para a
247 Câmara de Compensação Ambiental. Cabe ressaltar que o Comitê aprovou a
248 Deliberação CBH-SMT n° 340/2015, que dispõe, dentre as decisões, sobre o envio do
249 referido Plano de Trabalho para a Câmara de Compensação Ambiental, visando a
250 execução dos estudos em pauta, que até o presente momento, tem-se conhecimento de
251 que a Fundação Florestal ainda não encaminhou à Câmara de Compensação
252 Ambiental. Em razão da morosidade no andamento do assunto, o CBH-SMT receia
253 que a APA Itupararanga, mesmo sofrendo intervenção direta do empreendimento
254 Sistema Produtor São Lourenço, não seja beneficiada conforme o plano de trabalho
255 elaborado, que já têm a manifestação favorável pelo seu conselho gestor.
256 Considerando que é de máxima importância a necessidade de ser aprovado esse plano

257 de trabalho para garantirmos a conservação da várzea e assim, evitarmos que
258 empreendedores queiram investir em uma área tão sensível, de um ecossistema de
259 extrema relevância para as águas do reservatório de um ecossistema de extrema
260 relevância para as águas do reservatório de Itupararanga, solicitamos, por gentileza, o
261 apoio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente em acelerar a
262 tramitação desse assunto. Desde já, agradecemos a atenção dispensada e aproveitamos
263 para expressar nossos votos de elevada estima e consideração.” A reunião entrou no
264 último item de pauta, os **Informes**. A íntegra se encontra na Ata taquigrafada de
265 inteiro teor. Destacando o recebimento de recursos no valor de R\$ 500.000 por parte
266 da ANA referente ao Programa PROCOMITES, a ser utilizado para kits de
267 comunicação que serão distribuídos para as Secretarias executivas dos Comitês; o
268 envio do Relatório de situação 2021 que foi prorrogado para novembro; o Fórum
269 Paulista dos Comitês de bacia hidrográfica deu posse aos novos membros para gestão
270 2021-23 e a Direção está a cargo do Comitê do Alto Tietê-CBHAT; a Coordenadoria
271 de recursos hídricos comunicou que os recursos FEHIDRO sofreram os impactos da
272 Lei 17293/2020 de forma que todos os saldos nas contas CEFHUR das APRMs,
273 multas de outorga e contratos FEHIDRO até 31 de dezembro serão transferidos para a
274 Secretaria da Fazenda conforme manifestação jurídica pela PGE, o saldo da cobrança
275 pelo uso da água permanece com os Comitês, mas há necessidade não deixar saldo
276 sem indicação aproveitando plenamente os recursos. Foi solicitado maior empenho e
277 comprometimento dos tomadores a fim de evitar o cancelamento dos
278 empreendimentos aprovados. O Comitê indicou no exercício 2020, 20 projetos e até o
279 mês de março-2021, 18 projetos estavam aprovados, 1 reprovado pelo Agente Técnico
280 e 1 em análise, representando 90% de aprovações com 97% do recurso financeiro
281 aplicado, já em maio-2021, o cenário mudou para 5 projetos reprovados, caindo o
282 índice de aprovação para 75% e os recursos financeiros para 77%. Analisando os
283 números friamente conforme a Coordenadoria de Recursos Hídricos fez, de fato há
284 uma grande diferença, porém destaque que foram 2 projetos cancelados da Prefeitura de
285 Araçoiaba da Serra, 1 projeto da Prefeitura de Sorocaba e 1 projeto da Prefeitura de
286 Boituva, por motivos que vão além das atribuições da secretaria executiva e do
287 colegiado. Desses cancelamentos, 2 foram por desistência do tomador, a prefeitura de
288 Araçoiaba optou por não dar continuidade, enquanto que a prefeitura de Boituva teve o

289 empreendimento cancelado por inadimplência financeira. Outros empreendimentos
290 cancelados foram os das prefeituras de Sorocaba e Araçoiaba por estarem inscritas no
291 CADIN no momento de assinar o contrato e não tomaram as providências no prazo
292 legal. Quero destacar que não é porque o comitê indicou os projetos que os recursos
293 estão garantidos. Ainda há muito trabalho pela frente e depende do comprometimento
294 do tomador atender os eventuais pedidos de complementações dos Agentes Técnico e
295 Financeiro. Conforme o André explicou no começo da reunião, nosso comitê acaba
296 sendo penalizado pela Coordenadoria de Recursos Hídricos por não cumprir as
297 porcentagens de distribuição dos recursos nos PDCs prioritários. Sendo assim, fica
298 esse ponto de reflexão de que adianta todo nosso esforço nos grupos e nas câmaras
299 técnicas com a análise dos documentos, a hierarquização e a indicação para a
300 Coordenadoria. Todo tempo despendido que poderíamos dedicar a outras atividades, e
301 depois os funcionários da Coordenadoria que dão sequência ao trabalho, os recursos
302 financeiros que o Banco do Brasil cobra do CBH, na ordem de R\$ 10.000 por contrato
303 e no momento final, o tomador desiste ou não atende os comunicados, colocando tudo
304 a perder. Assim fica difícil nosso trabalho porque a secretaria executiva tem feito de
305 tudo para orientar os tomadores, fizemos workshop, acompanhamento diário das
306 indicações, contato com os tomadores alertando para a necessidade de cumprimento
307 dos comunicados, entre outros e essas ações dependem exclusivamente dos tomadores
308 como foi o caso de dos empreendimentos cancelado por certidões e inadimplência
309 financeira. Finalizando os informes da Secretaria Executiva foi solicitado que os
310 interessados em participar do curso gestão das águas subterrâneas, previsto para iniciar
311 no início do segundo semestre de 2021, respondam o formulário confirmando o
312 interesse; que a CRHi tem fomentado diversos cursos de capacitação para gestão de
313 recursos hídricos com abertura de novas vagas. Foi lançada a 3ª. edição revisada e
314 atualizada "Nossas Águas". Pelos informes do Estado Gomes comunicou que, por
315 meio de parcerias foram implantadas placas de sinalização na Rodovia Bunjiro Nakao
316 destacando os trechos de mananciais para proteção dos corpos hídricos. Laura Perez,
317 SIMA, reforçou as comunicações anteriores na reunião para o comprometimento dos
318 tomadores com os recursos FEHIDRO para a execução dos empreendimentos. Gerson
319 Salviano, IPT, informou que o título do projeto deve ter até 200 caracteres. Pelos
320 informes da sociedade civil Ildéia Maria de Souza disse que o Comitê precisa

321 acompanhar de perto as reclamações sobre tratamento de esgotos, que inclusive estão
322 no site da CETESB, dos moradores do bairro Mombaça sobre poluição no ribeirão
323 Mombaça. Lamentou que em Mairinque não há tratamento de esgotos, apesar do
324 Comitê pontuar há décadas essa necessidade de tratamento. Que apesar da
325 representação no Ministério Público a plantação de eucaliptos, iniciado em 2018 pela
326 Suzano celulose, na APA Itupararanga, continua, e agora observaram também
327 plantação de soja na APA, causando sofrimento para os moradores com a pulverização
328 de agrotóxicos. Solicitou ainda registro em Ata para sua manifestação “em dezembro,
329 na reunião do Comitê estávamos chorando pela morte de um pouco mais de 170 mil
330 brasileiros. Agora estamos com quase meio milhão de mortos. A COVID19 não teve o
331 enfrentamento pelo Governo Federal como deveria ter sido feito. Estamos sentindo
332 muito não ter as atividades e a vida normal, nunca mais vamos ter o normal que
333 tínhamos, então temos que lamentar as vidas todas que perdemos, muitos eram
334 companheiros e companheiras que participavam do Comitê, hoje estão mortos ou
335 sequelados. Temos que fazer esse registro na Ata para as futuras gerações saberem que
336 faltou enfrentamento do Governo Federal no COVID-19.” Finalizando, a Vereadora
337 Iara Bernardi, reiterou as preocupações anteriores sobre a APA e reservatório
338 Itupararanga, sendo que Sorocaba dependente das águas da represa. Em uma visita
339 técnica observou que o reservatório está com nível absolutamente preocupante.
340 Solicitaram uma visita à empresa CBA, até mesmo para discutir a questão da
341 utilização prioritária da água para geração de energia versus o abastecimento das
342 cidades, mas não conseguiram, então solicitou o auxílio do Ministério Público para
343 que a empresa CBA agende a visita. Cumprida a pauta Laerte Sonsin Júnior,
344 Presidente do Comitê CBH-SMT, agradeceu as presenças e encerrou a reunião. Esta
345 Ata é resumo dos registros das notas taquigráficas que compõe a Ata de interior teor
346 elaborada pelo Taquígrafo Dartan Gravina.

347

ANEXO 1 PAUTA

348 61ª. Reunião Plenária Ordinária

349 1) Abertura;

350 2) Ordem do dia:

351 2.1) Aprovação da Ata da 60ª Reunião Ordinária, realizada em 20/04/2021, por
352 videoconferência;

353 2.2) Apreciação de minuta de deliberação que aprova o Plano de Comunicação do
354 CBH-SMT para o período de 2021 a 2024;

355 2.3) Apreciação de minuta de deliberação que atualiza o Plano Anual de Aplicação dos
356 recursos financeiros provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos e das
357 despesas de custeio para o exercício 2021;

358 2.4) Apreciação de minuta de deliberação que indica empreendimentos para obtenção
359 de financiamento com recursos financeiros do FEHIDRO, referente ao exercício de
360 2021;

361 2.5) Apreciação de minuta de deliberação que aprova o Parecer Técnico sobre
362 atividade de pesquisa mineral em área situada na APA Itupararanga, no município de
363 Ibiúna-SP. Informes e Encerramento.